

SESSÕES DO PLENÁRIO

80ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de setembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ANTÔNIA PEDROSA “4º SECRETÁRIO”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Yulo Oiticica e Zé Neto. (55)

A Srª PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(A Srª Presidente lê o expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência na sessão do dia 03/09/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência na sessão do dia 20/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Leur Lomanto Júnior, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 24 e 25/08/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje nós tivemos diversas atividades aqui na Assembleia, entre as quais a primeira reunião regular da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. Foi uma reunião muito participativa em que discutimos um plano de ação a curto prazo. Discutimos também a conferência de comunicação e a criação da subcomissão de segurança. Tratamos ainda da questão da Polícia Civil, dos concursados para os cargos de investigadores e escrivães, que compareceram em massa e participaram da reunião. Nós discutimos a necessidade da realização de diversas audiências públicas temáticas, entre as quais a que tratará do tema democratização dos meios de comunicação, do tema sobre educação como direito de todo cidadão, a questão da saúde, da igualdade e justiça social como forma de combate à violência. Também decidimos que faríamos reuniões com os secretários de Estado relacionados ao tema de direitos humanos e segurança pública.

Nós propusemos a reunião com os secretários da Justiça Cidadania e Direitos Humanos, da Segurança Pública, da Promoção da Igualdade, da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, do Trabalho, Esporte. Nós entendemos que a Comissão de Direitos Humanos precisa analisar esse tema de uma forma mais ampla. Precisa entender que direitos humanos é um direito de todo cidadão. Direitos Humanos e Segurança Pública são temas bastante amplos.

Por isso precisamos fazer as reuniões com as secretarias que dizem respeito diretamente à questão dos direitos humanos, e fazer audiências públicas não apenas em Salvador, nos diversos bairros, mas também no interior, tratando de temas amplos. É preciso que a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública seja cada vez mais um instrumento de luta da sociedade para transformação e conquista de uma sociedade com justiça social e paz.

Nessa primeira reunião discutimos e deliberamos questões básicas, definimos um plano de ação a curto prazo para que possamos realmente avançar e transformar cada vez mais a Comissão de Direitos Humanos num instrumento de mudança da nossa sociedade.

Na oportunidade, também foi criada uma sub-comissão de segurança pública e na próxima reunião vamos dar continuidade a esse debate e a essa discussão. A Comissão de Direitos Humanos, portanto, é um instrumento da sociedade e, sem dúvida alguma, continuará dando grandes contribuições para toda a sociedade.

Por isso, hoje, a reunião foi bastante produtiva e vamos convidar a sociedade, a população para participar da reunião às quartas-feiras, também dar a sua contribuição.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Minha cara presidenta, Srs. Parlamentares, o governo atual parece que ainda não entendeu, decorridos quase três anos de sua desastrosa administração, que existe uma postura que o cargo exige.

O governador Jaques Wagner há poucos dias, talvez no desespero de ver que a receptividade dele no interior está cada vez menor, graças ao descrédito da sua administração, chamou a Oposição de abestalhada. Nunca fizemos isso quando ele estava na Oposição. O cargo exige uma certa postura.

Hoje, o secretário particular do governador Rui Costa, tão elogiado pela própria Bancada do governo - dizem que é o pior assessor, é ele um dos responsáveis pela atual desastrosa administração de Jaques Wagner -, perde também a compostura e chama o futuro governador e ex-governador Paulo Souto de cara de pau.

Será que essa é a postura de um governo que se diz transparente, democrático e republicano?

Querer atacar pessoalmente as pessoas, não entender que tem que existir, sim, uma fiscalização, qualquer que seja o governo, independente de posições político-partidárias! Quando existia, estávamos no governo e tinha Oposição, mas nunca ofendemos pessoalmente a Oposição. O desespero não pode, deputado Heraldo Rocha, ultrapassar os limites da convivência pacífica. Cara de pau, eu poderia dizer, são seus secretários, o da Fazenda que fica manipulando dados, que disse que tinha um bilhão em caixa e tinha 374 milhões de déficit. Poderia dizer que seu secretário é um incompetente, quando tenta manipular os lucros. Para enganar quem?

O secretário da Segurança Pública, hoje, no jornal *A Tarde*, quer desmentir uma nota publicada, deputado Gilberto Brito. Uma nota que foi publicada na *Folha de São Paulo*, que disse que o “ (...) o estado investiu neste ano 21% em segurança pública”. E o Estado vai, através do Sr. Secretário, e diz que investiu 62%. Que mentira deslavada! Está querendo enganar quem? Enganar o povo amedrontado com os incêndios, seis ônibus e ataques à Polícia Militar.

Na realidade, o que o secretário fez, deputado Sandro Régis, para tentar manipular os números e a informação? Ele pega e coloca gasto com pessoal, e nas atividades do dia a dia? Ele deveria, no mínimo, dizer que o Estado é lento, é vagaroso, que não cumpre com as suas obrigações.

Eu peguei os dados do Sicof Gerencial de hoje. O Estado da Bahia aplicou, até a data de hoje, em segurança pública, em investimento, apenas 10,8% do Orçamento. Dando os números, dos R\$ 151 milhões, 750 mil disponíveis para investimento, deputado Heraldo Rocha, o Estado aplicou, até hoje, R\$ 16 milhões, 450 mil e pagou, desses R\$ 16 milhões, R\$ 11 milhões, 112 mil, aplicou apenas 10,8%.

Para que manipular informação botando gasto com pessoal? O que a população quer e o que a Polícia Militar exige é que se faça o investimento necessário para dar o armamento necessário à Polícia Militar, para dar os equipamentos de proteção, coletes para a Polícia Militar, para dar viaturas. Nós temos uma Polícia Militar das mais eficientes e competentes do Brasil. Agora, ninguém faz milagres se não tiver os equipamentos, o armamento necessário.

Então, tem que parar, tem que respeitar o direito da Minoria esse governo, tem que se justificar, não manipular números, como estão acostumados a manipular, para enganar quem? O Estado da Bahia, nesse mês de agosto, como eu já vinha dizendo desde novembro do ano passado, mais uma vez perdeu arrecadação. Em todo o Brasil há crescimento, só a Bahia, nesses meses todos, está caindo. É incompetência! É falta de conhecimento administrativo, não há gestão pública aqui na Bahia.

Para concluir, Sr^a Presidente, veja-se o que o secretário da Fazenda está fazendo: nesses meses todos a Bahia já gastou com pessoal cerca de R\$ 180 milhões a mais do que arrecadou neste ano de 2009. Não pode sobreviver um Estado desses, e é por isso, finalizando, presidente, que não admito e não vou admitir enquanto estiver na Casa, estiver vendo, que o governo manipule dados para enganar a opinião pública.

O que nós queremos é que não haja mais toque de recolher nos bairros. O que nós queremos é que o crime organizado não fique vendendo seus serviços de segurança, como já começaram a fazer, nos bairros periféricos. O que nós queremos é que deem condições efetivas para a Polícia Militar, porque os nossos militares sabem o que fazer. Agora, quando há incompetência, há dinheiro e não se gasta. Gastaram-se apenas 10% do Orçamento até este mês, essa letargia nós não entendemos, e a população, com certeza, repudia e repudia mais ainda quando vai aos jornais o secretário da Segurança Pública para querer desmentir a *Folha de S. Paulo* apresentando números facciosos, números irrealistas, números que eles colocam falando em investimento quando se referem a pessoal. Pelo amor de Deus, de pagamento de pessoal a população não quer saber, não, quer saber de segurança, secretário.

Espero, deputado Heraldo Rocha, que o governo mude o seu posicionamento, que não perca a compostura, porque senão nós vamos usar o mesmo discurso e no mesmo nível. Espero que continue num nível elevado, mas não vamos fugir do debate não, porque se abaixarem o nível...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GABAN:- (...) a partir de agora vamos abaixar no mesmo sentido.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, imprensa aqui presente, há poucos dias o

governador Jaques Wagner atacou a Oposição dizendo que a Oposição era abestalhada. Hoje o seu secretário ataca novamente a Oposição dizendo que o Líder da Oposição ganharia o troféu cara-de-pau.

Infelizmente esse governo é uma farsa no início, meio e fim. Um governo que se dizia democrático, um governo, deputado João Carlos Bacelar, que se dizia republicano. Um governo, deputado João Carlos Bacelar, que se dizia republicano, governo que não aceita críticas, governo que não tem argumentos para debater com a sociedade, governo este que tem que dizer amém. Agora, quando ele agride a Oposição, deputado João Carlos Bacelar, está agredindo 72% da população baiana, que rejeitam este governo medíocre e mentiroso. Os ataques não são à Oposição, os ataques são ao povo da Bahia. O governador, que tem 28% de aprovação, é um governador abaixo da mediocridade, é um governador da linha da péssima gestão.

V. Ex^{as} não vão resolver seus problemas atacando a Oposição pessoalmente. Trabalhem, mostrem ao povo o que prometeram nas eleições. O povo não quer agressões, o povo não quer xingamento, deputado Heraldo Rocha, o povo quer ver a Bahia voltar a crescer, o povo quer ver novas Fords na Bahia, como a que o nosso grupo político trouxe, o povo quer ver a Bahia crescer duas vezes mais que o PIB nacional, como foi no governo Paulo Souto, o povo quer ver indústrias calçadistas, como Paulo Souto trouxe para a Bahia.

Mas esse destempero, esse desequilíbrio é a demonstração de que este governo perdeu o rumo, é a demonstração de que este governo afundou, é a demonstração que as mentiras e o descaso com a população baiana não vão convencer nem levar, graças a Deus, este governo incompetente a atingir nossos estados novamente. Vão à tribuna, usem a tribuna da Assembleia, deputados governistas, usem a imprensa para esclarecer e discutir projetos.

E eu trago aqui, deputado Heraldo Rocha, um dado triste. A Bahia, realmente, ganhou a Copa do Mundo, ganhou a Copa do Mundo da dengue. A Bahia é o Estado que tem mais casos de dengue do que todos os países do mundo; a Bahia tem 110 mil casos de dengue e, na terra de Evo Morales, que foi o segundo país com mais casos de dengue, foram 33 mil casos...

Para concluir, Sr. Presidente.

(...) acho que esse é o motivo do destempero, das agressões, porque, infelizmente, este governo é marcado pela incompetência, pela falta de planejamento, este governo é marcado pela falta de gestão. E, daqui para a frente, vão começar a agredir, porque não têm discurso, porque as mentiras não convencem mais a população, porque em toda pesquisa a avaliação do governo não passa de 28%, é um governo que tem 72% de rejeição. Não adianta querer bater nos Líderes da Oposição, porque eles estão apenas retratando a voz do povo. Batam nos 72% da população que rejeitam este governo incompetente, que maltrata o povo desde que assumiu, com a falta de competência, com a falta de responsabilidade e com a falta de dignidade de representar a Bahia e a sua sociedade.

Infelizmente, governo que não tem ação, governo que não tem trabalho, governo que não tem serviço prestado, serviços prestados pauta-se...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr^a Presidente –, pauta-se na mediocridade de acusações e mentiras.

Que 2011 chegue logo para libertar a Bahia desse governo incompetente, insano, que só faz destruir a Bahia e os baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Antes de conceder a palavra ao próximo orador, gostaria de registrar a presença, nas Galerias, de membros do SINDFAZ, aos quais cumprimento e desejo sucesso nas reivindicações.

Para falar, pelo tempo de cinco minutos, o deputado Isaac Cunha.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr^a Presidente, senhores presentes às Galeria, sejam bem-vindos a esta Casa, mais uma vez.

Cada vez mais, fico convicto do papel do nosso governo, do programa e do projeto político do PT e das forças que compõem este governo, em cujo sucesso acredito cada vez mais.

Quando observo o desespero e a veemência um tanto gritante da Oposição, fico a imaginar a dor deles na perda do que chamaríamos a grande vaca leiteira, que foram os anos em que estiveram no poder na Bahia, pois estou convicto de que o povo baiano, que está de parabéns, aceita, a cada manhã, a proposta e as mudanças que ocorrem, hoje, na Bahia. Então a Oposição se encontra, de certa forma, com um sentimento de perda muito grande, o que leva seus deputados a estarem, de forma gritante, a falar do nosso governo. Entretanto, os números, na Educação, na Saúde e em tantas outras áreas temáticas, falam por si falam da diferença do nosso governo, da nossa gestão na Bahia.

Então fico até feliz por vê-los preocupados, pois isso é sinal de que o governo da Bahia está fazendo uma administração que está sendo aceita pelo povo baiano, por não mais acreditar numa Bahia que, durante 40 anos ficou desprezada, relegada, nem aceitá-la. É isso que incomoda, hoje, a Oposição, e o nosso governo está, sim, recuperando a dignidade do povo baiano.

Quando disse, anteontem, desta tribuna o que o governo da Bahia estava fazendo por Jequié e região – a recuperação da saúde pública – senti que os números têm incomodado. A saúde pública, que foi sucateada na Bahia, hoje está realmente sendo recuperada pela ação política do governo do Estado.

De parabéns o secretário Jorge Solla, o governador Jaques Wagner pelo momento que a Bahia está vivendo, onde o povo está realmente muito satisfeito, e quem bem diz isso é o povo de Jequié e região pelas mudanças que ocorreram no Hospital-Geral Prado Valadares.

Essas eram as mudanças de que a Bahia precisava fazer. A Bahia era campeã da escuridão! Por falta de uma política de parceria com o governo Lula, o antigo gestor deixou a Bahia às escuras, mas, hoje, graças ao governador Jaques Wagner, em parceria com o nosso presidente Lula, está realmente vivendo dias claros e não

obscuros como no passado. A transparência do nosso governo tem dado clareza às ações para que a Bahia possa analisar este governo, refletindo sobre as mudanças que, de fato, estão ocorrendo nela.

Mas, neste momento, gostaria de parabenizar os funcionários dos Correios, do qual sou oriundo, e me solidarizar com eles em virtude da greve que hoje deflagraram de forma pacífica, mas que era necessária para que possamos ter dias melhores, como funcionário de uma grande empresa pública do País, de uma estatal que sobreviveu ao holocausto, digamos assim, da gestão do sociólogo que vendeu a nossa nação e quer fazer hoje, com a quebra do monopólio, a privatização dos Correios.

A luta dos trabalhadores dos Correios não é só por salários, mas pela manutenção de uma estatal que muito tem feito pelo povo do Brasil, uma das que mais gera empregos neste país. São mais de 100 mil trabalhadores nos Correios que hoje se mobilizam por dias melhores e para que não haja a quebra do monopólio de uma empresa que realmente tem feito pelo Brasil, é uma das empresas que tem maior índice de credibilidade da sociedade brasileira. É essa empresa que eu represento e da qual sou funcionário há 29 anos.

Então, quero me solidarizar com toda equipe que está mobilizada naquela paralisação que não é só por salário, mas pela manutenção de uma empresa, uma estatal que tem feito a diferença como empresa pública prestando um bom serviço à comunidade não só de Salvador, mas de todo interior e de todo o Brasil.

Portanto peço uma reflexão a essa plateia, aos nossos deputados: vamos lutar por essa empresa que realmente dignifica o nome do Brasil por ser uma empresa de qualidade, que atende ao nosso povo com muito gosto e que deixa o povo satisfeito com os seus serviços, prestando relevantes serviços tanto como empresa postal, mas também pelos serviços sociais.

Esta é a nossa fala nos solidarizando com a empresa e com os companheiros que lutam para que essa empresa não seja privatizada e, realmente, represente os anseios do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Deputados, visitantes que nos honram com suas presenças, técnicos do mais alto nível da Secretaria da Fazenda, teleouvintes da *TV Assembleia*, internautas que acessam o nosso [site www.heraldorocha.com.br](http://www.heraldorocha.com.br), senhoras e senhores. “ APLB entra na Justiça contra enturmação”. Quero que os deputados que dominam a APLB venham à tribuna responder por isso aqui, porque a APLB é comandada pelo PCdoB, pelos comunistas.

Segundo: saiu hoje pela manhã, no *blog* de Samuel Celestino: (lê) “Itapetinga: PMs andam em Uno Mile”. Itapetinga é uma das cidades mais importantes do Estado da Bahia. Só a fábrica Azaleia, em Itapetinga, gera aproximadamente mais de 10 empregos diretos. E nós denunciemos aqui quando os vereadores do nosso partido

estiveram com o Exmº Sr. Secretário da Segurança Pública Dr. César Nunes há 15 ou 20 dias e ele disse o seguinte: que os vereadores vieram dizendo que a sociedade civil de Itapetinga – Lions, Rotary, maçonaria, CDL, Associação Comercial - compraria um carro para a polícia. Ele disse que poderiam comprar, deputado Luiz de Deus, e que ele mandaria plotar o carro.

Pois bem, no *blog* do Samuel diz o seguinte: (lê) “ Informações que chegam de Itapetinga, no sudoeste do estado, dão conta de que faltam apenas R\$ 958,37 para completar a vaquinha que pretende adquirir uma viatura para a guarnição da Polícia Militar do município. Enquanto isso, como prova foto acima, os PMS se viram com um Uno Mille, modelo Way fabricado em 1995”.

A que ponto chegou o Estado da Bahia! Não basta a violência da semana passada, não bastam as notícias que transformaram a nossa Bahia, a Bahia de Jorge Amado, a Bahia de Caribé, a Bahia de Pierre Verger, a Bahia de mãe Estela, transformaram a Bahia no centro do descaso e da falta de compostura dos seus secretários. Mas se o governador do Estado desce da liturgia do seu cargo, não tem a postura do cargo que ocupa, o que seriam os seus secretários? E vem o infeliz do secretário sem nenhuma idoneidade moral, que se arvora porque está no governo, cujo currículo não merece estar no lugar que está, ataca uma figura humana como o ex-governador do Estado, ex-senador da República, um homem como o ex-governador Paulo Souto.

Apequena-se quem for discutir com esse secretário. O melhor que ele faria seria descer do palanque e governar a Bahia com o seu governador. Recebemos, hoje, deputado Luiz de Deus, da nossa assessoria, que o Estado da Bahia está numa situação pré-falimentar. Ai estão os técnicos da Fazenda. Colocaram lá um secretário que não sabe o que é administrar as finanças do Estado.

Nós vamos ganhar as eleições em 2010 e vai acontecer conosco o que aconteceu no período de Waldir. Nós vamos ter que reconstruir o Estado da Bahia. As finanças do nosso Estado estão quebradas, a Bahia está quebrada, está falida por incompetência de um governo que não sabe administrar o Estado. Falta ao governo gestão pública, falta ao governo projetos que possam melhorar a qualidade de vida do nosso povo e não ficar pela televisão enganando o povo da Bahia e gastando o dinheiro do contribuinte.

Eu, desde ontem, pela manhã, para concluir, Srª Presidente, lutei, mas graças a Deus consegui transferir um paciente enfartado de Valença para Salvador, consegui hoje pela manhã. Esse paciente poderia ter morrido! Como médico, conversei, não consegui. E fica na televisão a fazer propaganda, gastando o dinheiro público, dizendo que os hospitais vão bem, que a saúde está ótima. Quem sabe é quem não tem plano de saúde, quem sabe é quem precisa do SUS. Isso, sim. Mas graças a Deus, graças ao meu querido protetor Senhor do Bonfim, consegui uma vitória, hoje. Graças a minha assessoria e à colaboração do Hospital Santa Isabel consegui internar o paciente. O nosso colega, médico de plantão, virou-se para mim e disse: Heraldo, eu não tenho condições de ficar com esse paciente aqui, transfira-o. Eu disse: eu vou colocá-lo aonde? Já eram 10 horas da noite. Eu disse: pelo amor de Deus, estabilize o

paciente, veja o que você pode fazer porque até amanhã de manhã nós conseguiremos transferi-lo. E, com a proteção divina, com nosso Senhor do Bonfim, hoje, pela manhã, o paciente já está internado no Hospital Santa Isabel.

A Sr^a Presidente (Antônia Pedrosa):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Agradeço a Deus todos os dias e ao grande arquiteto do Universo por ter nos dado a orientação e a proteção para conseguir realizar esse feito.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Presidente (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, o ex-secretário de Estado, o ilustre jornalista João Paulo Costa, respondendo as provocações do Sr. Ruy Costa, aliás, conhecido pela alcunha de “Ruim” Costa, é assim que algumas tendências do PT chamam o secretário de Relações Institucionais, chamou o ex-governador Paulo Souto de cara de pau.

Diz o Sr. João Paulo: (lê) *“Realmente, o governo republicano do PT da Bahia está se especializando em ofender a Oposição. Num dia o governador chama de abestalhados...”* – palavras do governador Jaques Wagner – *“(...) No outro, o fiel escudeiro dele...”* – conhecido como, aí sou quem diz, “Ruim” Costa – *“(...) chama de cara de pau. Esse deve ser o conceito deles de democracia: quem critica merece ser xingado. A propósito, mesmo se o governador Paulo Souto tivesse transferido 22 delegados ao final de 2006, como o atual governo explica os outros 128 municípios sem delegados? E por que o atual governo tem sempre de buscar no governo anterior a justificativa de suas ineficiências?”*

Pergunto: o Sr. “Ruim” Costa tem medo da revista Veja? Porque, no lugar de “Ruim” Costa se dirigir ao governador Paulo Souto, ele deveria questionar essa revista, que chamou Jaques Wagner de preguiçoso, o preguiçoso mor da Bahia! É isso que eles estão merecendo. A Oposição não é abestalhada? Paulo Souto, segundo o Sr. “Ruim” Costa, não é cara de pau? Agora não teve coragem de desdizer ou questionar a Veja, que chamou o governador da Bahia de pre-gui-ço-so! Ou, então, ele concorda com ela. Os baianos concordam. Não sabia que o Sr. Secretário de Relações Institucionais também concordava com esse epíteto que a Veja colocou no governador da Bahia.

Além de não serem civilizados são hipócritas, porque tratam com hipocrisia e demagogia a questão do subteto. Que marajá há no serviço público da Bahia para que não possa ser aumentado esse subteto? Por que centenas e centenas de funcionários estaduais, os melhores, aqueles que dedicaram suas vidas ao Estado, têm de, mensalmente, retornar aos cofres públicos uma pequena parcelas de seus vencimentos – pequena para os cofres estaduais, mas que pesa no bolso do servidor. Não se resolve essa questão porque, segundo eles, causa despesa.

Agora, os anúncios irresponsáveis e a mordomia exagerada que há no governo

do Estado não causam despesas aos órgãos públicos? O aparato de segurança excessivo que cerca o Sr. Governador não gera despesa para os órgãos públicos? É um governo com uma prática e um discurso totalmente diferentes. Eles se dizem éticos, mas só a exigem dos outros. Eles e os seus companheiros estão livres da ética. Aliás, essa tem sido uma prática deles em todo o Brasil.

Dos adversários eles exigem tudo. Entretanto se consideram liberados de qualquer compromisso ético ou de qualquer compromisso civilizado, como mostraram as declarações do Sr. Governador e do secretário de Relações Institucionais.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Muito obrigada, Sr. Deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para falar pelo tempo de 5 minutos, concedo a palavra ao deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, hoje, quando acordei, fui fazer uma reflexão sobre o governo Wagner nestes 2 anos e 9 meses e consegui enxergar que o governador tem feito muito pela Bahia conseguindo levar benefícios às cidades, principalmente aquelas mais carentes, que muitas vezes são preteridas por governos que não têm a sensibilidade de enxergar em municípios distantes como, por exemplo, Chorrochó.

Lá nós estivemos recentemente, no último sábado, com S.Ex^a, que estava inaugurando algumas obras e anunciando outras, principalmente naquela região, que é sofrida. Muitos governantes passaram pelo governo, e pouca coisa fizeram.

Uma outra questão que levantei foi que talvez o esporte seja o instrumento que mais divulgue o produto Bahia. Estivemos no dia 9 deste mês em Pituaçu, depois de 20 anos que a seleção brasileira não jogava oficialmente aqui no Estado, e conseguimos ter uma partida emocionante. Quem esteve no estádio percebeu um jogo extraordinário, em que o Brasil ganhou do Chile de 4x2.

Quero ressaltar a participação do juazeirense Daniel Alves, que deu um show, deputados Misael Neto e Pedro Alcântara, que são de Juazeiro. Temos a honrar de dizer que o jogador é um polivalente e joga também como lateral. Mas naquela oportunidade o técnico Dunga o colocou como um terceiro homem do ataque, e ele desempenhou bem o papel. No decorrer do jogo teve de trazê-lo para trás para fazer a cobertura dos zagueiros no meio do campo, e ele fez isso muito bem. De repente, teve de tirá-lo de lá para colocá-lo na lateral esquerda, e realmente Daniel Alves deu conta do recado.

Tudo aquilo, aquela megafesta, presidente, só foi possível porque tivemos a sensibilidade, a sensatez do governador Wagner em recuperar - aliás, vou deixar de modéstia -, em fazer de Pituaçu um Roberto Santos totalmente novo.

Quero parabenizar os organizadores do jogo, e a imprensa internacional também parabenizou muito a Confederação Brasileira de Futebol por causa da organização de Brasil x Chile.

Todos temiam, diziam que a Paralela ficaria engarrafada, que o acesso ao estádio seria complicado, e não foi. Não foi porque o governo Wagner tem uma equipe preparada. Quero parabenizar ainda Raimundo Nonato, da Sudesb; o nosso querido Bobô, que igualmente foi o intermediador, o organizador; assim como o presidente da Federação Baiana de Futebol, Dr. Ednaldo Rodrigues, envolvido no contexto de trazer à Bahia mais uma vez a seleção brasileira, que há 20 anos não jogava oficialmente aqui neste Estado.

Portanto, os meus parabéns ao governo do Estado que tem feito muito pela Bahia, que tem feito muito pela educação, tem feito muito pelo esporte. A prova disso é a questão, basicamente, da seleção brasileira, da ascensão, da subida do Vitória para a primeira divisão do campeonato brasileiro, da subida do Bahia para a série B do campeonato brasileiro, que estava na série C. Todas essas ações tiveram a fomentação, a colaboração do Governo do Estado, e eu posso dizer e digo com precisão porque sou Presidente da Sociedade Desportiva Juazeirense, time profissional que o governo, inclusive, tem fomentado, tem ajudado o campeonato da primeira divisão, o campeonato baiano, o campeonato da segunda divisão e tantas outras competições.

Por isso, gostaria de registrar a nossa alegria, a nossa felicidade de ter um governo sensível, que pensa em governar para todos, sem preterir e sem excluir ninguém.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Antes de anunciar o Grande Expediente, gostaria de convidar o nobre colega Primeiro Secretário para me substituir na Presidência.

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Obrigado, minha cara e amiga Presidente eterna desta Casa.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, ouvintes da TV Assembleia, faltam 15 dias para o término do prazo das filiações partidárias em todo o País.

Nós temos acompanhado esse processo, não só na Bahia mas em todo o Brasil, e temos procurado acessar jornais do Sul, do Centro, do Norte e Nordeste, e há um desconforto, segundo noticiam os jornais, da maioria dos Estados em relação a esta questão.

Há deputados que pretendem mudar de sigla partidária e temem pela perda do mandato. Há outros deputados que correrão esse risco mesmo sob pena de perder o

mandato.

Começo questionando, Sr. Presidente, deputado Álvaro Gomes, o que se lê hoje nos jornais do Sul do País, que um grupo de advogados contesta e cobra do Ministério Público uma posição em relação a mais notória das filiações partidárias que houve no País recentemente que é da senadora Marina.

Senadora, ex-Ministra, senadora com 30 anos de militância política forte a um Partido, militância essa levada pela ideologia política, como conhecemos a senadora Marina, que filiou-se recentemente ao PV com a pretensão de candidatar-se à Presidência da República pelo Partido Verde.

Eu fico a me perguntar: é lícito, é legal quando o deputado consulta o seu Partido e o Partido libera? Ou vai proliferar, ou vai ter consequência, deputado Paulo Rangel, o questionamento que esse grupo de advogados do Sul do País está fazendo, contestando a liberação por um Partido da senadora Marina Silva sem ir aos tribunais em busca do seu Partido?

Eu acho que essa pergunta é pertinente e ela merece do Tribunal Superior Eleitoral uma resposta de pronto, uma resposta imediata porque se assim o for está todo mundo amarrado, e o macaco vai para onde o dono do circo queira.

Eu começo meu pronunciamento, deputado Heraldo Rocha, deputado Luiz de Deus, com essa pergunta que vai ter desdobramento, e vai ter consequência nessa movimentação política, porque se o Ministério Público foi provocado a atuar, que é o seu dever nessa questão, e se o Tribunal responder que deverá a deputada perder o mandato, teremos um problema grave no País.

Na realidade, o que quero, ao levantar essa questão, é falar da morosidade, da incompetência e do descaso com que o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara trataram a reforma política - cobrada por todos nós e principalmente por mim. Há tanto tempo cobro a reforma política aqui, bem como a reforma tributária, para evitar questões como essa.

Vimos, recentemente, o Senado, em dois turnos, e a Câmara, em primeiro turno, aprovar a chamada PEC dos vereadores, que aumenta o número de vereadores no Brasil e reduz o repasse das Câmaras. Acredito que essa é uma medida dentro da nossa realidade para corrigir as distorções existentes no País e na Bahia.

Posso citar vários exemplos: Juazeiro, cidade com 250 mil habitantes que possui 13 vereadores, Cruz das Almas, salvo engano tem em torno de 60 mil habitantes e 15 vereadores, Camaçari, com 230 mil habitantes e possui 13 vereadores e Paulo Afonso, que tem cerca de 100 mil habitantes e 11 vereadores. Há uma distorção muito grande em relação a essa questão.

Então, vêm, agora, atrasadamente, depois de tantos anos, o Senado em dois turnos e a Câmara no primeiro turno - consequentemente vão aprovar em segundo turno – redimensionar a questão das Câmaras Municipais no nosso País.

O que me estranha em relação a essa questão é que um dos responsáveis pelo atraso da reforma política é o deputado José Carlos Aleluia. Tantas quantas vezes se falava em reforma política neste País e neste Estado, envolvia os nomes dos deputados João Almeida e José Carlos Aleluia, que constantemente criticava a

decisão da Câmara e aplaudia

a decisão do TSE. Essa é uma grande incoerência de um deputado que representa a Câmara, deputado Paulo Rangel.

Primeiro, o TSE pode diminuir vagas de vereadores, como fez, e a Câmara, legitimamente, através de uma PEC mandou aumentar. E vem o deputado José Carlos Aleluia defender essa posição do Tribunal Superior Eleitoral. Cabe à Câmara, cabe ao Congresso legislar e não o TSE. Então, ele aceita que o TSE legisle? Não sei qual a pendência que ele tem no Tribunal Superior Eleitoral, não sei qual é o aconchego para apreciar essa decisão, essa interferência dum Poder no outro quando deveria ser ao contrário. Quem legisla é o Poder Legislativo, é o Senado e a Câmara Federal, não o Tribunal Superior Eleitoral.

O Sr. Luiz de Deus:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- V.Ex^a está inscrito.

Está aqui a declaração de ontem, de anteontem, de hoje e de todos os dias, insistindo em dar apoio a decisão do TSE, que interferiu no Poder Legislativo quando em 2004 diminuiu o número de vereadores e manteve o mesmo repasse para as Câmaras que vivem babescamente por aí. Hoje, há Câmaras construindo prédios, aumentando o número de assessores e gastando os recursos públicos indevidamente.

Não vejo nenhuma incoerência a Câmara, o Senado e o Congresso Nacional aumentarem o número de vereadores, ou melhor, repor o número de vereadores e diminuindo custos.

Se o deputado José Carlos Aleluia quer questionar a decisão, isso é legítimo. A função dele era brigar para que a lei não fosse aprovada, e não dar apoio à decisão do TSE e do Supremo que interviram indevidamente no Poder Legislativo quando legislaram.

Essa não é a primeira vez que há interferências, foi assim também na verticalização, e se não fossem os senadores da época, Antônio Carlos Magalhães e José Sarney, hoje presidente do Senado, que foram por prestígio de ordem pessoal para o confronto, teria havido a verticalização, o que aniquilaria também inúmeros deputados estaduais e federais pelo Brasil afora. Portanto, é indevida a interferência do TSE no Congresso Nacional e é inconsequente um deputado do naipe, da postura e do conceito que tem o deputado José Carlos Aleluia, que é meu amigo, apoiar essas decisões em função de algumas conveniências locais.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Um aparte, pela ordem, ao deputado Luiz de Deus, depois o deputado Paulo Rangel e em seguida o deputado Bira Corôa.

O Sr. Luiz de Deus:- Deputado, agradeço o aparte que V.Ex^a me concede. No momento V.Ex^a me faz recordar do professor de Terapêutica da nossa Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, que diria a V.Ex^a: “Ouvii o galo cantar, mas não sabe em que terreiro”. O deputado José Carlos Aleluia se referiu não à decisão do Congresso Nacional, da posição dos Srs. Deputados e Srs. Senadores. Ele questionou aquilo que o Tribunal também questiona: essa lei não pode ter efeito retroativo, não

pode ser designado um vereador suplente desde quando ele não foi eleito. Não houve eleição para que ele fosse.

Então, o que o Supremo Tribunal questiona é isso, e o deputado José Carlos Aleluia também, não é a questão da decisão do Congresso Nacional se deve ser xis vereadores, não é o número, mas a vigência da lei. Não se pode aprovar uma lei agora e ela ter efeito retroativo a uma eleição que já passou. Por isso V.Ex^a me faz recordar o nosso professor.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Deputado, o respeito que tenho por V.Ex^a é muito grande, primeiro, porque é um deputado correto, honesto, sempre presente a esta Casa, colega médico e meu amigo pessoal. Mas talvez seja V.Ex^a quem tenha ouvido o galo cantar e não sabe onde. Eu não ouvi, desafio V.Ex^a a provar – e eu privo da amizade pessoal do deputado José Carlos Aleluia –, nenhuma palavra dele na Câmara dos Deputados quando o TSE legislou, quando o TSE reduziu o número de vereadores nas câmaras da Bahia e do Brasil. Eu não ouvi uma palavra, estou ouvindo agora.

Isso não me convence, há questões outras para tanto interesse. Ele, no seio da Câmara, contestar e condenar, tudo bem, era dever dele estar a favor ou estar contra, não podia neste momento haver uma decisão de quem tem interferido constantemente no Poder Legislativo. Eu trouxe um problema recente aqui, da reprovação das contas do ex-prefeito de Juazeiro. Uma decisão judicial, uma liminar, está impedindo a Câmara de julgar as contas do prefeito. É uma excrescência.

Notificaram a Câmara no mesmo dia e até hoje o Tribunal de Contas está como réu também, porque aconselhou a reprovação das contas e não foi notificado. Então, é a ingerência, sim, que estou condenando aqui. Se tem efeito retroativo ou não, vamos discutir, aí é que seria a hora de o Tribunal se pronunciar quando fosse questionado, sob pena de ser suspeito para julgar qualquer ação futura.

E o deputado José Carlos Aleluia bate palmas para a decisão do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo, através dos seus presidentes, dando declarações prematuras em relação a essa questão. É isso que estou trazendo aqui e, acima disso, é a incapacidade da Câmara e do Senado de fazer uma reforma política neste País que todos nós precisamos tê-la. Já passa de emergência e de urgência, e nunca foi feito por interesses pessoais.

Eu desafio aqui muitas cabeças coroadas da política baiana a, se houvesse o voto distrital, conseguir manter o seu mandato. Duvido. Hoje há o voto plural, às vezes usando a máquina política, a máquina partidária e a máquina administrativa. Essa é a realidade. Desafio as cabeças coroadas que têm 400 mil votos na Bahia a disputar uma eleição distrital. É por isso que não querem, deixa como está para ver como fica. Dizem: “Fui eleito assim, não vai ter reforma política”. Por defenderem interesses de ordem meramente pessoal.

E outras questões maiores que viriam no bojo da reforma política, e são incompetentes e, reafirmo aqui, para fazer, e não vão fazer, e vêm agora com uma reforma eleitoral calça-curta, insuficiente, falando de internet. Isso é uma vergonha, é uma vergonha o que o Senado acaba de aprovar ou reprovar, e ninguém sabe o que

aprovou ou o que reprovou até agora, em função de uma reforma eleitoral muito pequena para o tamanho e a necessidade deste País.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Concedo um aparte ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e quero aqui concordar totalmente com o que V.Ex^a tem colocado. Inclusive, quero colocar a minha admiração pela afinidade, pela amizade do deputado Luiz de Deus com o deputado Aleluia, sem nenhuma crítica, sou um admirador disso.

Mas eu concordo com a visão de V.Ex^a, até porque o suplente é diplomado, não se trata de vereador biônico nem deputado biônico quando ele toma posse. Ele concorreu à eleição, e aí eu acho uma contradição. Se o Judiciário viesse a se posicionar dessa forma, porque o Judiciário acabou de dizer que o mandato é do partido e quem não tem fidelidade ao partido, tem que dar a vaga ao suplente. Agora, nós vivemos em um país, realmente, que precisa rapidamente de uma reforma eleitoral profunda, de uma nova legislação, inclusive, partidária.

Vou citar um outro fato aqui: O Congresso Nacional, o Senado acaba de aprovar uma lei onde não mais assumiria, em caso de cassação de prefeito e governador, o 2º colocado na eleição e sim, haveria eleição direta, mas os próprios senadores já entendem, inclusive, esse ato como inconstitucional.

E, aí, eu pergunto, qual é a visão do deputado Aleluia? Biônico sim é o prefeito que assume o lugar de outro sem ter sido eleito. Agora, concordo com V.Ex^a. Fizemos mais um arremedo de reforma eleitoral. É uma vergonha que, no momento em que temos inclusive de reformar a lei eleitoral, reformar a legislação política no geral, hoje, os deputados se encontrem presos num momento, inclusive, bastante crítico de fazer qualquer movimentação em relação a uma outra agremiação partidária.

Então, eu não entendo, essa coisa de internet também é uma brincadeira. Na verdade, não existe reforma eleitoral alguma sendo praticada neste País. Nós precisamos discutir esse assunto com o nível de seriedade que ele merece.

Eu parabenizo V.Ex^a pela brilhante intervenção no dia de hoje.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Eu agradeço o aparte e incorporo ao meu pronunciamento, deputado Paulo Rangel, mas eu vou mais além antes dar um aparte ao deputado Bira Corôa.

Há outra questão, deputado, de que talvez o partido de V.Ex^a não seja vítima, a questão das comissões provisórias dos partidos. Isso é outra coisa. O cidadão dorme presidente e é retirado, no outro dia, por um ato do presidente da Executiva nacional. É uma interferência, uma bagunça, na vida partidária, enorme. Nas vésperas de eleições, continuam. Pode um sujeito não gostar da sua cara ou de uma atitude sua e retirar sua candidatura, quando você milita e é fundador de um partido; alguém que chegou depois.

Então, são essas questões que eu quero discutir no bojo de uma reforma. É uma coisa que não se entende, deputado Luiz de Deus, essa questão das comissões provisórias, como outras questões aqui na Bahia, onde o prefeito também já estava

eleito e lhe retiraram, queriam retirar o direito depois da convenção, porque ele deu uma declaração de que apoiaria Paulo Souto. Estou discutindo aqui, e a questão que eu falei, dos vereadores, é uma questão pontual, mas vai muito além do que apenas a questão da PEC.

E diz mais o deputado Aleluia, deputado Luiz de Deus, que isso é uma ação demagógica dos senadores e dos deputados. Eu não sei se ele quis atingir o senador César Borges, que poderá ser um concorrente seu, está aqui no jornal: foi um atitude demagógica. O senador César Borges é o presidente do meu partido, ex-governador, fui seu Líder e nunca observei uma ação demagógica do senador César Borges até o presente momento. Então, não sei qual é o alvo do deputado José Carlos Aleluia, mas vou perguntar-lhe quando encontrá-lo, porque, talvez, eu prive, tanto quanto, aliás, tanto quanto não, porque V. Ex^a é meu parceiro em alguns municípios, amigo da minha família, dos meus filhos.

Não vai aqui nenhuma contestação ao mandato, ao comportamento e nenhuma censura à conduta do deputado, mas a questão é que eu não estou fazendo a leitura exata de tantas intervenções que ele já fez em três dias, sucessivos, consecutivos, com relação a essa questão.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Com o aparte o deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Deputado Pedro Alcântara, quero parabenizá-lo pelo discurso e pela exposição de capacidade e conhecimento que lhe é peculiar nesse debate. Primeiro porque, quando o Supremo Tribunal se posicionou determinando o número de eleitores nas Câmaras Municipais, eu era vereador por Camaçari e fiz um pronunciamento dizendo que ali estava se rasgando a autonomia das Casas Legislativas, quebrando, através de um ato jurídico, o direito constitucional de elas se posicionarem com relação ao número de vereadores de cada município do nosso País. Isso se consolidou, porque, até pelos argumentos apresentados para tamanha agressão, não se constatou que o objetivo dela era exatamente a redução de gastos das Casas Legislativas.

Então, mais uma vez, quero destacar a importância do discurso de V. Ex^a e também concordar que a posição do deputado Aleluia não foi coerente, até mesmo com sua própria história de vida política em nosso Estado, e alimenta até um outro interesse, não o de restabelecer a autonomia e o direito constitucional das Casas Legislativas.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Agradeço o aparte de V. Ex^a e não tenho porque não incorporá-lo ao meu pronunciamento, porque ele vem enriquecer e esclarecer mais ainda essas questões que estou a expor aqui.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pecaram a Câmara e o Senado brasileiros quando não tiveram a competência, o interesse – talvez por questões de ordem meramente pessoais, individuais ou de manutenção de mandato de seus pares – de fazer a reforma política, o que trouxe numerosas consequências ruins para nós políticos, porque o período para filiações partidárias está perto de exaurir-se.

Nesta Casa, por exemplo, há 63 deputados, dos quais 11 ou 12 estão com problemas no que se refere aos partidos pelos quais poderão disputar as eleições.,

pois há partidos divididos, o meu é um deles, nesta Casa. E falo do meu partido, porque tenho autoridade para falar, pois estou há quase 20 anos nele e talvez seja um dos deputados, da Bahia, com certeza, e do Brasil com mais tempo no partido, até mais do que os que os presidem em âmbito nacional e regional.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda nos três minutos que me restam, quero dizer que acho que esse assunto é objeto de debate, já o trouxe à tribuna desta Casa inúmeras vezes, mas não tem havido ressonância nem no âmbito nacional tampouco no âmbito local.

Acho que se perdeu um tempo importante para uma reforma política que viesse a atender às questões político-partidárias deste país. Não falei de partido de aluguel nem de quem vende partido, menos ainda de deputados que compram legenda para ter a facilidade de se eleger! Não desci a esse nível, deputados Paulo Rangel, Bira Corôa e Luiz de Deus.

Mas está se confirmando a ida do governador à região que representamos nesta Casa, que, tenho dito, é a região das estradas abandonadas, a exemplo de Casa Nova, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado. Recentemente o recém-empossado secretário da Infraestrutura, João Leão, fez muito bem – infelizmente, por compromisso assumidos aqui na capital não pude acompanhá-lo – ao percorrer, de carro, todos os trechos daquela região. Na condição de secretário, o deputado conhece bem aquela região e sabe das carências dela no que se refere às estradas, que estão abandonadas há muito tempo e tem a recuperação cobrada pela população.

O ex-governador Paulo Souto é uma figura pela qual tenho admiração pessoal, mas, em seu governo, não foram concluídas as estradas da nossa região, razão pela qual ele sofreu uma derrota contundente lá.

Acompanharei o governador nesta viagem. Espero que seja decidido de uma vez a melhoria, a recuperação das estradas daquela região, pois aquele povo já tem um sofrimento natural por ser do Semiárido, pela falta de água e de energia em algumas localidades, embora os Programas Luz para Todos e Água para Todos, que vêm atuando com força naquela região, tenham solucionado muitos problemas.

Enfim, a nossa maior carência, além da água para o consumo humano em Campo Alegre de Lourdes, é relacionada às estradas que ligam parte do município de Casa Nova a Remanso; Remanso a Campo Alegre; Remanso à divisa com o Piauí, nas cidades de São Raimundo Nonato e Dirceu Arcoverde; e Remanso a Pilão Arcado. Sem falar da parte lá de cima, a região de Barra, que não conheço e não tenho o prazer de representá-la nesta Casa.

Concluindo, Sr. Presidente, com relação ao tema central do meu pronunciamento, deixo uma questão no ar. O TSE pode diminuir vagas, mas o Congresso, através de uma PEC, não pode aumentar? Há uma inversão, um desvio de função e de compromisso com esta Nação com relação a esses dois Poderes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o deputado Álvaro Gomes falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por até 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, saúdo os integrantes do Fisco, do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia, o Sindsefaz, que estão nas nossas Galerias lutando por uma Sefaz melhor. Essas pessoas estão vestidas com uma camisa com a seguinte frase: “Novo Subteto Salário Sem Confisco”.

Ao saudar todos os trabalhadores do Fisco, digo que a luta de vocês é mais do que justa. Esta Assembleia Legislativa precisa aprovar imediatamente essa lei, porque os servidores vêm tendo prejuízos enormes com o atual subteto. Então é preciso uma alteração para resolver esse problema. Podem contar com o nosso apoio. Esta Casa deve viabilizar a aprovação dessa lei, repito, imediatamente para que vocês tenham os seus direitos assegurados. Contem com todo o nosso apoio.

Referindo-me ainda à reunião que aconteceu hoje na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, quero dizer que tivemos uma discussão sobre a democratização dos meios de comunicação, abordando a Conferência Nacional de Comunicação, como também a estadual, que já está prevista. Destaquemos que essa é uma grande luta da sociedade brasileira, até porque é ligada aos direitos humanos.

Contamos com a presença de Jonicael, que é do Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, e da comissão que busca organizar essa conferência. Também estavam presentes Julieta e Helena, do Conselho Regional de Psicologia, e Sandra.

Travamos uma discussão e a Assembleia Legislativa tem direito de indicar um nome para participar dessa comissão de organização da conferência de comunicação. Evidentemente, essa é uma indicação da Presidência, mas a Comissão de Direitos Humanos sugeriu, inclusive, o meu nome ao presidente da Assembleia para que ele possa avaliar para indicar como membro da comissão organizadora da Conferência de Comunicação.

Entendo que a democratização dos meios de comunicação é uma bandeira que deve ser abraçada por todos. Os meios de comunicação são concessões públicas e precisam ser democratizados para que a população tenha informação de qualidade. Entendemos muito bem que é necessário que os meios de comunicação sejam democratizados para que a população tenha acesso à informação de qualidade, à informação de forma correta e concreta.

Acho que avançamos muito nessa linha.

Na minha opinião, a *TV Assembleia*, *TV Senado*, *TV Câmara*, *TV Justiça*, a própria internet, são meios que surgem como forma de democratizar a informação. O que falamos aqui, o nosso discurso é transmitido ao vivo, a população tem acesso à informação de forma concreta, objetiva, real, sem manipulação. O meu discurso é o

meu discurso que está sendo transmitido, assim como o discurso de outro colega parlamentar. E assim temos aqui as diversas opiniões, os diversos pronunciamentos de forma real, sem passar pela peneira, transmitidos ao vivo e todos tendo acesso. Portanto, entendo que a *TV Assembleia*, *TV Câmara*, *TV Senado*, *TV Justiça* são veículos que contribuem para a democratização dos meios de comunicação.

Precisamos ter essa conferência para discutir o que devemos propor rumo a esse objetivo. Temos que ter a conferência nacional também. Não podemos, em hipótese alguma, estar submetidos à informação de acordo com o interesse dos donos e daqueles que controlam os meios de comunicação. Essa é uma questão de direitos humanos. Todo cidadão e cidadã tem direito à informação correta e não a informação deturpada, não a informação falsificada, não a informação caluniosa. Então é necessário que existam regras objetivas de controle para que tenhamos a informação de forma correta.

Por isso, o Estado da Bahia organiza a conferência de comunicação, a Assembleia Legislativa discute a conferência estadual de comunicação. E, ainda hoje, na comissão, tivemos esse debate com a presença dos organizadores, com a presença dos membros do fórum de democratização dos meios de comunicação.

Queria também aqui me referir à questão da segurança pública. Foram colocadas aqui algumas questões que são necessárias desmistificar. A execução orçamentária, falou-se aqui que não está tendo a execução orçamentária que deveria ter. Mas quando olhamos os números constatamos aqui: Segurança Pública – a execução orçamentária, no terceiro ano do governo Paulo Souto, até junho de 2005, representou 38,46%. A execução orçamentária do governador Jaques Wagner, até junho de 2009, representou 44,05%. Portanto, a execução orçamentária do governo Wagner foi bem superior à do governo Paulo Souto.

Entendemos também que é preciso ficar muito claro: quando se fala em segurança pública, em combate à violência, é preciso analisar também as ações do governador Jaques Wagner nas áreas sociais. É preciso analisar os investimentos do governador Jaques Wagner na luta para reduzir as desigualdades sociais no nosso Estado. Portanto, além da execução orçamentária na área específica da segurança pública, o governo vem investindo em outras áreas para reduzir as desigualdades sociais.

Por isso, queremos aqui dizer que o governo tem buscado combater a violência em duas frentes: na questão específica da segurança pública e no investimento na área social, buscando ações estruturais para que possamos construir uma sociedade com justiça social e paz. Assim, o governo tem tido uma sabedoria muito grande ao atacar a violência em duas frentes: na questão específica da Segurança Pública e na questão social. Está de parabéns. Está conseguindo grandes êxitos, e, sem dúvida nenhuma, até o final do mandato, teremos resultados bem mais positivos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o Líder do governo e da

Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA:- Nobres colegas, queria agradecer aos deputados Bira Corôa e Paulo Rangel pelo posicionamento que tomaram em relação às notícias publicadas em alguns “blogs”, alguns poucos “blogs”, que diziam que eu estava ausente, insatisfeito e com problema de filiação no PTB. E dizer e agradecer a Alexandre, que trabalhou nesta Casa e em quem eu acreditava como um militantes aqui nesta Casa, que ele tenha uma postura mais profissional. Refiro-me a Alexandre, jornalista da coluna de Samuel Celestino.

Queria citar, nobres colegas, a questão dos delegados da Bahia. Estou levantando, nobres deputados, o número de delegados estaduais – estou me referindo a delegados estaduais em Estados correlatos. Não fechei o número, não, mas o número que peguei na Bahia, deputado Paulo Rangel, é uma coisa assustadora. Não vou discutir a nota da *Folha* que fala sobre execução orçamentária da Secretaria da Segurança, que, na verdade, e está lá também na execução orçamentária, que executou, em 2008, 93% do Orçamento. Mas o povo não entende o que é 93% do Orçamento. Porque se se diz execução orçamentária é uma coisa e o número do Orçamento é outra e não compara e não traduz, aí nós temos um grave problema de execução orçamentária. Isso é muito comum na área da Saúde, pois nas prefeituras, por exemplo, os transportes utilizados, os carros que servem à Secretaria da Saúde são jogados como despesas de saúde, mas não é, deputado Paulo Rangel, prestação de serviço direto à comunidade. Só que o povo entende assim.

A Bahia tem hoje 849 delegados. Ou melhor, 849. Tinha há pouco mais de dois anos 849, ou seja, houve uma perda de 30 delegados. E aí vem a indagação da população: perdeu como 30 delegados? Primeiro que perdeu pouquíssimos com aposentadoria. Outro fator básico dessa perda: salários. Então esses delegados fizeram concursos públicos para outras carreiras, como as do Tribunal de Justiça, delegado federal, etc. E foram embora. Esses 30 delegados foram embora da Secretaria da Segurança.

E sabem quantos delegados há na capital? Aí vem uma grande surpresa: num Estado de 13 milhões de habitantes, que tem uma capital com pouco menos de 20% dessa população, em torno de 3 milhões, só em Salvador se concentram - olhem o absurdo da política de administração de recursos humanos da SSP aqui! -, de um total de 849 e tantos delegados, 417 ao longo dos anos. Esse é um dado que temos de pensar e repensar nas dificuldades do secretário em administrar o Estado, em entender que esses delegados fizeram na sua maioria concursos para o interior e foram transferidos para cá e uma grande parte, deputado Bira Corôa, está em funções administrativas.

É por isso que temos problemas sérios. E aí vem o desdobramento: “Não tem

capacitação, não tem isso, não tem aquilo e não tem aquilo outro!” Os senhores peguem os números da aquisição de veículos no governo Wagner... Não vou fazer comparativo, não estou fazendo comparativo. Poderei até vir a fazer, mas o que quero colocar é o acinte da administração pública quando se fala em segurança. Porém não se pode olhar um projeto de longo prazo, que é o de segurança, em dois anos - um pouco mais. Pode-se olhar, sim, é a concentração de recursos humanos, especialmente delegados, por força apenas da política estadual.

Deputado Bira, é inconcebível que Salvador concentre pouco menos da metade de todos os delegados concursados, e esses fizeram concursos para o interior da Bahia.

Há um outro dado interessante, deputados. Alguns dos senhores conhecem bem o Estado. Vou citar uma cidade de porte médio, que se chama Itabuna. Todos a conhecem. mas perto de lá há um lugar chamado Barro Preto. Não tem no município todo 15 mil habitantes. Ele está a 17 quilômetros de Itabuna. Se se percorrer mais 17, vai-se para Itapé, que é um município também pequeno. Todos os dois ligados por uma faixa de asfalto com um sistema de vida que eu diria bom, mas com problemas para delegados, que normalmente são casados com pessoas que ensinam em escola de nível superior, que não comportam nessas cidades pequenas e moram sempre nos sistemas urbanos maiores. Moram em Irecê, Xique-Xique, Valença. Aí nós cobramos: “faltam 150 cidades sem delegados.” Não é assim. Como também essa visão de distribuição espacial é malfeita, digamos assim, para o sistema do Tribunal de Justiça e se quer que esses municípios tenham uma estrutura de delegado, promotor, juiz de direito e por aí vai. Esses municípios não têm estrutura nem casos suficientes, a estatística prova isso, e não há necessidade de cidades menores, não sei exatamente qual o número de habitantes, comportarem um delegado, um juiz e um promotor.

É preciso uma redistribuição espacial, uma formatação mais clara para se enxergar esse assunto.

Ora, se raciocinarmos que temos 800 e tantos delegados em todo o Estado, com 441 em Salvador, nós vamos ver que é preciso corrigir essa distorção, e aí entra a palavra certa, a distorção histórica. Não se pode culpar apenas o governo Wagner. Eu estou chamando a atenção para a palavra “histórica”, porque esse é um processo que vem se arrastando ao longo de anos a fio. E não podemos cobrar desse governo essa situação atual.

Agora, podemos, sim, cobrar do governo o que está sendo feito no plano de recursos humanos, de distribuição espacial. Podemos, sim, cobrar essa renovação de forma mais acelerada do que está sendo feita.

Então, nobres colegas, fica a indagação para os senhores: por que essa distorção brutal que nos leva a dizer que a reformulação que está sendo feita será feita ao longo do tempo. Mas não podemos cobrar do governador Wagner que faça tudo ao mesmo tempo em tão pouco tempo.

Obrigado, Srs. Colegas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o Líder da Minoria, ou o representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT//PSC/PRP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

Não havendo orador, com a palavra o Líder PR, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PT do B/PSL/PTB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

Não havendo orador, com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN/PC do B, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do PMDB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder da Minoria, ou Líder do Democratas, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha: - Sr. Presidente, antes de anunciar os nobres deputados Paulo Azi por 5 minutos e Luiz de Deus, por 4 minutos, eu quero dizer ao nobre deputado Paulo Câmara que se não precisa de delegados, também não precisa de juiz, vereador, prefeito. Acaba com o município ou não emancipa. Acho isso um ledô engano.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra os deputados Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos, e Luiz de Deus, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Funcionários da Secretaria da Fazenda que mais uma vez nos honram com suas presenças, infelizmente a Bahia foi manchete durante os últimos dias em jornais de todo o País e até em jornais estrangeiros tratando da questão da violência e da criminalidade em nosso Estado.

A *Folha de São Paulo*, o jornal mais importante do nosso País com o editorial, a *Revista Veja* desta semana, o jornal *El País*, todos eles abordando o mesmo assunto e se dizendo alarmados com a incompetência e o despreparo deste governo para lidar com essa questão.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, que a questão da violência, da criminalidade não se resume só ao nosso Estado, não é uma questão que se resume só a este governo. Agora, o que não se pode esconder, o que não se pode negar é que este governo tem sido incompetente no enfrentamento desse assunto. O que não se pode negar é que este governo foge de um debate verdadeiro, não tem a altivez de reconhecer seus erros e fica a todo tempo, a todo momento querendo atribuir a responsabilidade ao governo anterior como se ele não fosse o governo, como se ele não fosse o responsável para resolver os problemas.

Será, Sr. Presidente, que o fato de o nosso sistema penitenciário permitir que os bandidos circulem livremente com aparelhos celulares é culpa do governo anterior? Deputado Luiz de Deus, será que, quando chegamos ao interior do Estado e verificamos que os poucos veículos da Secretaria da Segurança não têm combustível

para circular, é culpa do governo anterior? Os veículos que foram deixados pelo governo anterior e que o atual governo por falta de manutenção deixou quase a totalidade deles sucateados, sem pneu para rodar, isso é culpa do governo anterior?

Falta, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, falta, repito, altivez a este governo para reconhecer o problema, reconhecer seus erros, debater de frente com a sociedade e buscar soluções para este grave problema que aflige a nossa população, que faz com que a nossa querida Bahia, uma terra abençoada, uma terra que foi sempre exemplo para o resto do País como uma terra tranquila, com um povo ordeiro, onde os turistas podiam vir para conhecer as nossas belezas, seja hoje a terra do terror, a terra do medo, Sr. Presidente, por incompetência e despreparo desse governo que infelizmente está à frente dos destinos do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra pelo tempo de 4 minutos o deputado Luiz de Deus.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Bira Corôa, Srs. Deputados, senhores presentes às Galerias, ouvimos nesta tarde uma série de pérolas a respeito do sem-número de realizações, deputado Paulo Rangel, do governo Jaques Wagner.

Aqui compareceu o deputado lá das barrancas do São Francisco, de Juazeiro, o deputado Roberto Carlos, que aqui chegou com o objetivo de citar um número de obras do governo Jaques Wagner. Mas começou citando o município de Chorrochó, onde esteve, palavras dele, o Sr. Governador do Estado inaugurando obras, não disse quais, e prometendo um sem-número mais de obras. Eu fiquei aguardando, querendo saber, por curiosidade, qual teria sido essa grande obra no município de Chorrochó. Aí me recordei das últimas viagens do governador, que daqui da capital se deslocou para inaugurar uma obra de R\$ 67 mil. Será outra dessas, deputado Roberto Carlos, semelhante, lá no município de Chorrochó? Logo depois V.Ex^a passou para o Estádio de Pituaçu, entrou na partida Brasil e Chile e esqueceu das obras do governador Jaques Wagner.

Veio o deputado Paulo Câmera, e aqui quero fazer um registro: se aí estivessem os alunos do Ensino Fundamental e e do Ensino Médio, saberiam que o deputado Paulo Câmera, em matéria de geografia, está muito atrasado. Dizia que a Bahia tem 13 milhões de habitantes. Ele é do tempo, ainda, de 13 milhões. Deputado, a Bahia, hoje, tem praticamente 15 milhões de habitantes, não são os 13 milhões a que V.Ex^a se referiu. Depois dizia que tem oitocentos e tantos delegados, que a capital tem 400, que saíram 38. Deputado. Não foi esse o número que dos que saíram. Saiu um sem-número de delegados. Hoje, o número que está é ínfimo, são 130 municípios sem delegados.

Será que disso também, deputado Paulo Câmera, foi culpado o governador Paulo Souto? Foi ele quem transferiu para esta capital os quatrocentos e tantos

delegados? Eu acredito que não, deputado.

Quando o ex-governador Paulo Souto era governador, colocou em todos os municípios da Bahia um delegado, deputado, não ficou município nenhum sem delegado. Eu me recordo perfeitamente disto: a luta que se fazia para um delegado ir lá para as barrancas, lá para Buritirama, municípios na divisa com Piauí, na divisa com Sergipe, Pernambuco, municípios pequenos, era uma grande dificuldade, mas nós para lá levamos, para todos os municípios, delegados, delegados de carreira, deputado Heraldo Rocha, ...

O Sr. Heraldo Rocha:- Delegados de carreira, não é calça-curta não.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- (...) eles falam que, hoje, os delegados que não foram nomeados, que fizeram curso, são de 97. Deputado, isso é verdade, mas não foi feito o curso no governo Paulo Souto não, os que fizeram o curso no governo Paulo Souto todos foram nomeados, deputado. É isso que nós esperamos, deputado Paulo Câmara,...

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Para concluir, deputado Luiz de Deus.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- (...) para cá se deve vir sempre - o que eu digo sempre - para se falar a verdade, para se informar bem à sociedade baiana.

Será que a saúde em nosso Estado vai bem, ou os baianos continuam morrendo nas portas dos hospitais, deputado Paulo Câmara? Será que a educação vai bem? Ainda ontem, nós tivemos a oportunidade, na Comissão de Educação, de receber um sem-número de professores e representantes do ensino superior do Estado da Bahia, todos eles estudantes, reclamando da falta de professores, deputado.

Deputado, tudo vai mal neste governo, abra o olho, deputado, enquanto é tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos e amigas funcionários do Fisco, companheiros e companheiras da imprensa, Sr. Presidente, a Oposição nesta Casa descobriu que a situação da segurança pública no Estado da Bahia é crítica, que a segurança pública no Estado da Bahia vive uma grande crise.

Pena que os deputados da Oposição, há bem pouco tempo e durante muito tempo, eram Situação e não percebiam que a segurança pública no Estado da Bahia percorria um caminho que nos levaria a uma crise que não se apresentou agora, mas que se apresenta, e eu reconheço, de forma bem mais acentuada do que anteriormente. Mas a Oposição na Bahia não quer reconhecer que, em relação ao

crescimento que vinha acontecendo antes, quando nos voltamos para o crescimento de percentual, existe, na verdade, hoje, um combate a esse crescimento, e a situação da segurança pública, de alguma forma, começa a apontar alguns avanços.

E a Oposição nesta Casa se vale de algumas informações veiculadas através da imprensa, e ontem eu as rebati, da revista *Veja*, que cometeu equívocos em relação a número de módulos e de ônibus queimados, em relação a policiais feridos. E hoje venho aqui nesta Casa rebater a *Folha de S. Paulo*, que em relação ao gasto com segurança pública, principalmente em relação àquilo que foi executado no Orçamento, se equivoca quando diz que a Bahia gastou apenas 21% do orçado para a segurança pública.

Não é verdade isso, deputado Luiz de Deus. A Bahia gastou e, de forma competente, a Secretaria da Segurança Pública executou 62,2% daquilo que foi orçado para a segurança pública do nosso Estado. Portanto, comete a *Folha de S. Paulo* um grande equívoco, pois, assim como no ano de 2008, de forma competente, em que pese, em todas as áreas, em todos os governos, a algumas dificuldades de realização orçamentária, a Secretaria da Segurança Pública, volto a dizer, de forma competente, executou 97,3% do seu orçamento, ou seja, R\$128 milhões previstos nos orçamentos tanto de 2007 quanto de 2008. Portanto, repito, equivoca-se a *Folha de São Paulo*.

Mas, mais grave do que isso, é a Oposição, nesta Casa, não querer reconhecer os grandes avanços existentes, hoje, na área de segurança pública. Volto a dizer que este governo contratou 3.200 policiais, que estão nas ruas, hoje, prestando serviços à sociedade baiana, e existem mais 3.200 fazendo treinamento na Academia da Polícia Militar. Este governo comprou 3.600 coletes à prova de bala e tem se preocupado de tal forma com a segurança pública, que já está, hoje, licitando 561 veículos para a Polícia Militar e já licitou 683 veículos para a Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica, 27 veículos para outras unidades, além de 326 motocicletas.

Pois bem, Sr. Presidente, agora entram na discussão sobre os delegados de polícia. Pergunto ao deputado João Carlos Bacelar: com quantos delegados o governador Paulo Souto deixou o interior do nosso Estado, principalmente? Quantos delegados, quando o governador Paulo Souto saiu, foram transferidos para Salvador? Tenho dito repetido: o processo de transferência que se praticou, ao apagar das luzes, no governo Paulo Souto, foi irresponsável, pois fez com que, hoje, tivéssemos essa carência de delegados no interior do Estado! Entretanto a Oposição não quer reconhecer isso nem que a Bahia era o único Estado da Federação onde não existia a Lei Orgânica da Polícia Civil, um modelo institucional de Polícia Civil! A Bahia era o único Estado, quando nos adentramos no governo, que tinha a segunda pior Saúde de todo o Brasil e que apresenta, ainda hoje, o maior número de analfabetos de todo o País e tinha a pior Educação.

Pois bem, agora querem atribuir ao governador Jaques Wagner a crise da Segurança Pública, e isso não é justo, não é justo! Paulo Souto, com uma tacada só, no final, na sua saída, transferiu 22 delegados – e a maioria devia ser apadrinhada – do Interior para a Capital. E sabemos que, na Capital do Estado, existe um excedente

de delegados. Não podemos, portanto, nos responsabilizar por esse indicador.

O Sr. Luiz de Deus:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Pois não.

O Sr. Luiz de Deus:- Deputado, V.Ex^a fala que no final do governo passado foram transferidos 22 delegados. Ora, eu pergunto: quantos soldados da Companhia da Caatinga o governo de V.Ex^a tirou de lá do São Francisco, de Paulo Afonso, de Sento Sé, etc., e trouxe para a capital. Se o senhor leu os jornais de hoje, viu fotos mostrando soldados vestidos com a farda da Caatinga. Vieram quantos, deputado? Pergunto: isso também é irresponsabilidade?

O Sr. PAULO RANGEL:- Deputado Luiz de Deus, sabemos que a crise na segurança pública se acentuou em Salvador, onde houve uma situação bastante difícil que tinha de ser controlada. A vinda da Companhia da Caatinga para cá foi em um momento emergencial, no qual a Secretaria da Segurança Pública foi ágil, competente e eficiente. Mas friso que eles não foram transferidos para a capital. Referia-me à transferência de delegados...

O Sr. Luiz de Deus:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Pois não.

O Sr. Luiz de Deus:- Outra pergunta: há quanto tempo eles estão aqui? Porque não foi agora, depois que o governador citou. O senhor sabe quanto aumentou o número de assaltos na nossa região, minha e de V.Ex^a, por causa do deslocamento da Companhia da Caatinga para cá. Não é coisa de 1 mês nem 2, não, deputado. Tem muito mais tempo.

Acredito que, tendo a capital mais visibilidade, o governo transferiu as Companhias Independentes da Caatinga, do Cerrado e da Mata Atlântica para cá a fim de controlar essa situação. Agora, V.Ex^a dizer que transferir 22 delegados é uma irresponsabilidade... É um número tão insignificante! O senhor já fez a conta do que esse número representa em termos percentuais? Menos de 3%.

O Sr. PAULO RANGEL:- Deputado Luiz de Deus, sabemos que nem todas as cidades precisam de delegados. Agora, retirar 22 delegados de uma só vez após perder o governo não é uma atitude muito coerente, muito profissional, nem se coaduna à realidade do nosso interior, que hoje precisa da presença de delegados municipais e regionais.

Agradeço, Sr. Presidente. Deixo esta tribuna sabendo que este debate vai prosseguir, mas também sei que o governo Wagner vai continuar enfrentando esse problema da segurança pública, e assim teremos, no final do nosso governo, uma Bahia bem mais segura.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Pela ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Peço a V.Ex^a que faça uma verificação de quórum para a continuação da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Constato a presença de 11 nobres

deputados em Plenário. Como não há o quórum mínimo para a continuação da sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*